

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 47

Data: 28 de Maio de 1982

Pg.: \_\_\_\_\_

**Lucio Flavio Pinto**

### Front indígena

190

Sem dar ainda maiores detalhes, o presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, anunciou ontem, logo após a reunião do Conselho Deliberativo da Funai, a execução de um programa de atendimento às populações indígenas localizadas ao longo da ferrovia Carajás-Itaqui, com investimentos no valor de 1,7 bilhão de cruzeiros.

O programa seria amplo, abrangendo desde a construção de hospitais para o atendimento específico dos índios até projetos para o incremento de atividades econômicas, atingindo todas as comunidades localizadas numa faixa de 100 quilômetros de cada lado da ferrovia, em seus 890 quilômetros de extensão. Pegaria então Xikrins, Caviões, Surufís, Guajás, Guajajasas, Kikratís, etc.

A iniciativa preenche uma lacuna aberta escancaradamente em todo o Programa Grande Carajás, que não dedica uma linha sequer - em seus três documentos de formulação e aproximação - às consequências dos projetos econômicos sobre os grupos indígenas da região. Mas como o presidente da Funai foi excessivamente econômico nas informações, ainda não é possível dizer se o programa visa a preservação da integridade étnica e territorial dos índios, ou se na verdade será um instrumento de integração da comunidade à sociedade envolvente e seus projetos.

O presidente da Funai disse que talvez já na próxima semana o programa poderá estar concluído. Será o momento de analisá-lo detidamente para esclarecer dúvidas que o anúncio apenas suscita, mas não responde. Na sua rápida entrevista com os jornalistas, na qual não foi possível aprofundar qualquer questão, o coronel Paulo Moreira Leal tocou em outros pontos importantes.

Ele descartou a possibilidade de uma demarcação imediata da reserva indígena Kayapó, a segunda maior do país com seus 2,6 milhões de hectares. Desde a proposição da criação da reserva já decorreram oito anos sem que a demarcação tenha sido realmente iniciada. Uma empresa particular de topografia, que venceu a licitação para realizar o trabalho, há mais de dois anos, subempreitou a tarefa e acabou falindo. Depois, a Funai anunciou a utilização do Serviço Geográfico do Exército. Mas a demarcação deveria esperar mais algum tempo, ainda.

O atual presidente da Funai tem um outro método de trabalho. Ele acha que antes de consolidar uma situação, que, em matéria fundiária, sempre exige a superação de um litígio, é preciso dialogar com a parte envolvida procurando um acerto amigável. No caso da reserva Kayapó, um dos problemas que a demarcação precisa enfrentar é a existência do garimpo de ouro de Cumaru em território indígena. O Estatuto do Índio admite, sob certas condições, o desenvolvimento desse tipo de atividade econômica. Mas não a aconselha.

Pode-se interpretar as palavras do coronel Paulo Moreira Leal como um indicador de que o garimpo permanecerá na área enquanto estiver em atividade. Assim, ou a demarcação o contornará, ou então vai esperar até a consolidação de um acordo. A Funai talvez não veja inconveniente algum nisso porque os índios estão recebendo o "dízimo" da renda da garimpagem. Ademais, como lembrou seu presidente, a Funai considera sob controle a segurança da área. É uma promessa. Mas será uma garantia?

O coronel Moreira Leal anunciou também que o fazendeiro Laudelino Hanemann terá que se retirar da reserva do Cateté até junho, quando termina o prazo de vigência de um "acordo extrajudicial" que ele firmou com a Funai, em junho do ano passado. Leal não admitiu prorrogação do prazo, lembrando que não se trata de um contrato de arrendamento, como se chegou a noticiar, mas de um arranjo extra-judicial, já que legalmente a hipótese não está prevista no Estatuto do Índio.

A Funai permitiu que o fazendeiro utilizasse campos de pastagem formados no interior da reserva dos Xikrin, "por razões humanitárias": Hanemann havia convencido o ministro da Agricultura e, em seguida, o próprio presidente da República, de que 500 cabeças de gado que ele havia conduzido à sua fazenda, encravada em território indígena, com 30 mil hectares estavam atacadas de febre aftosa e morreriam se não descansassem ou se alimentassem. A Funai, abrindo uma exceção inédita, autorizou-o a usar a terra dos Xikrin pelo espaço de um ano.

Alguns dias atrás a antropóloga Lux Vidal, a pessoa que mais conhece a cultura Xikrin, acusou o fazendeiro de estar tentando seduzir os índios, oferecendo-lhes presentes, para que eles concordem com sua permanência na reserva. O coronel ressaltou que a denúncia não foi comprovada.